

Modalidade do trabalho: Trabalho de Pesquisa (de 02 a 05 páginas)

Eixo Temático: Diversidade Cultural/Humana

A PRESENÇA FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA: UM PROCESSO DEMOCRÁTICO DE DIVERSIDADE¹

Eduarda Zilke Schwiderke², Fernanda Mori Kowalski³, Gian Eligio Soliman Ruschel⁴.

¹ Artigo apresentado aos professores da área das Ciências Humanas do Colégio Tiradentes da Brigada Militar - Ijuí.

² Estudante do segundo ano do Ensino Médio do Colégio Tiradentes da Brigada Militar – Ijuí.

³ Estudante do segundo ano do Ensino Médio do Colégio Tiradentes da Brigada Militar – Ijuí.

⁴ Professor de Filosofia do Colégio Tiradentes da Brigada Militar

Artigo apresentado aos professores da área das Ciências Humanas do Colégio Tiradentes da Brigada Militar - Ijuí.

INTRODUÇÃO

A temática envolve a questão da presença feminina na política brasileira como um processo, cheio de empecilhos, que visa um maior diálogo democrático, bem como a criação de políticas mais efetivas quanto à diversidade de gênero e da população em geral.

O artigo apresentado tem por objetivo ressaltar e importância e atividade da mulher no sistema parlamentar; suas conquistas políticas, suas metas a trajetória de sua participação na esfera política, mesmo com o sistema de cotas vigente no Brasil desde 1995. Sendo assim, quais os motivos de pouquíssimas cadeiras do Congresso Nacional serem ocupadas por mulheres? Ainda existe preconceito para com o gênero feminino? Quais são as medidas que podem ser adotadas para que a mulher se sinta à vontade para participar da política?

Com a declaração da República no ano de 1889, uma nova Constituição entrou em vigor, esta definia a restrição do voto direto a todos, exceto mulheres, escravos, militares, analfabetos, mendigos e religiosos, ou seja, o termo “todos” representava uma camada mínima da sociedade. Alguns anos depois, em 1891, começaram passeatas e manifestações requerendo o direito feminino ao ato de votar.

É nessa época que instituições, como o Partido Republicano Feminino (1910), começam a surgir e estabelecer metas para a participação da mulher na esfera política, porém apenas no ano de 1930, através de muita insistência, o presidente Getúlio Vargas autoriza as mulheres acima de 18 anos a votarem e serem votadas.

No ano de 1995 que, sugerida pela deputada Marta Suplicy, testemunha dos resultados deste sistema em outros países, entra em vigor a política de cotas, que inicialmente destinava 20% das cadeiras do Congresso Nacional a mulheres. O Projeto de Lei passou por inúmeras modificações ao longo dos anos e atualmente estipula um total de 30% das vagas para mulheres.

Conhecendo o baixo percentual da participação feminina na política, surgem inúmeras hipóteses para explicá-lo e propostas para aumentá-lo até o mínimo de 30%.

Apesar de todas as propagandas midiáticas em circulação para estimular a participação da mulher, ainda temos pouco conhecimento da influência e das metas da bancada feminina dentro do

Modalidade do trabalho: Trabalho de Pesquisa (de 02 a 05 páginas)

Eixo Temático: Diversidade Cultural/Humana

Parlamento. A elucidação destas ideias e conquistas é crucial para atrair a atenção da mulher para e encorajá-la a se envolver na esfera política.

A pesquisa foi realizada buscando subsídios em autores clássicos como Immanuel Kant e Antonio Gramsci, analisando leis e pesquisas, bem como fazendo uma abordagem através da visão sociocultural que leva em conta o conceito de hegemonia a sua concretização na história da América Latina.

OS EMPECILHOS À PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA

Apenas a adoção de leis de cotas no Brasil não foi suficiente para estabelecer a igualdade política, uma das causas apontadas é a divisão de papéis sociais que destinam, teoricamente, o público masculino ao mercado de trabalho (com a ideia de “sustento e base familiar”) e a mulher ao espaço e doméstico.

O machismo, “comportamento que tende a negar à mulher os direitos concedidos ao homem” (HOUAISS, 2015. p. 604), é um dos principais fatores que mantém as mulheres afastadas tanto da política quanto do mercado de trabalho. Além disso, o senso comum acredita na ideia de que apenas o sexo masculino utiliza do machismo, porém a participação feminina no machismo também é fundamental para a reprodução da cultura machista. A mulher que precisa da aprovação masculina e é insegura ajuda a manter o status do machismo. Não obstante, a mulher que colabora para a disseminação do machismo também é uma vítima deste, já que normalmente, toda mulher amadurece e um ambiente tomado por um senso comum machista; trata-se de valores culturais que muitas mulheres acabam agregando, sem perceber, ao seu cotidiano, pois foi a ideia que a sociedade impôs e é uma ideia considerada “natural” desde tempos passados, ideia representada pelo conceito de hegemonia que é a supremacia ou influência preponderante exercida por cidade, povo, país, etc. sobre outros sem o uso de violência ou repressão.

Um bom exemplo de hegemonia no contexto latino americano, sob o domínio ibérico, pode ser encontrado em América Latina: uma história de sangue e fogo de John Charles Chasteen (2001). Questiona-se aqui como os colonizadores ibéricos conseguiram manter o controle sobre uma área tão vasta por tantos anos, e para responder essa dúvida o autor faz uso do caso de Sor Juana Inés de La Cruz, uma freira mexicana com uma capacidade intelectual notável, com aptidão e interesses científicos, que, porém, foi oprimida, consentindo, de certa forma, com tal opressão.

Uma educação universitária estava supostamente acima da capacidade de Juana. Não importa que ela viesse lendo desde os três anos ou que aprendera latim apenas por curtição. [...] desconcertou um júri de quarenta professores universitários aos dezessete anos [...] ficou famosa em todo o México por sua poesia. [...] Juana optou pela vida no convento, que oferecia um pouco mais de independência do que o casamento. Ela se tornou Sor Juana, como ficou conhecida na história. Ela colecionou e leu centenas de livros, estudou matemática, compôs e interpretou música e chegou a inventar um sistema de notação musical. Suas poesias foram publicadas na Europa. Algumas criticavam as condenações masculinas hipócritas da moralidade sexual das mulheres. [...] Juana recebeu instruções para agir mais como mulher. Seus interesses científicos, eles disseram – e todos seus outros interesses também, exceto a devoção religiosa – eram antinaturais em uma mulher. Essa era a mentalidade de sua época. Ela não podia desafiá-la sozinha, de modo que acabou consentindo.

Modalidade do trabalho: Trabalho de Pesquisa (de 02 a 05 páginas)

Eixo Temático: Diversidade Cultural/Humana

Vendeu a biblioteca, instrumentos e o resto, e dedicou-se à expiação pelo pecado da curiosidade. Humilhada, confessou ser ‘a pior das mulheres’. Logo depois, morreu enquanto cuidava das freiras durante uma peste. (CHASTEEN, 2001, p. 59-60)

A igreja, e/ou a própria sociedade da época, não empregaram força física ao oprimir e Sor Juana. Para o sujeito subjugado, a desobediência era inimaginável. Estavam definidos “a substância e o limite do senso comum” (WILLIAMS, 2005), como aconteceu com “(...) os povos indígenas conquistados da América Latina e os africanos escravizados que gradualmente aceitaram as premissas básicas da vida colonial e os princípios de autoridade ibérica” (CHASTEEN, 2001, p. 60). Para Chasteen: “historiadores explicam o controle colonial da América Latina como hegemonia, um tipo de dominação que implica certo grau de consentimento pelos oprimidos”. (2001, p. 60) Nesse contexto há um forte contraste entre “controle” e “força violenta”.

Antonio Gramsci deixa claro que no controle hegemônico é aplicada certa inteligência, diferente de um controle militar, por exemplo. Para Gramsci (1980): “O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios...” (p. 33). Ou seja, trata de fazer com que a ordem vigente se reproduza, porém de forma que pareça natural; parte de uma realidade pronta, sem perspectivas de mudança.

Não obstante, os estereótipos e as obrigações familiares não são os únicos motivos para a baixa representatividade feminina. Além do fator machismo, podemos analisar a questão da própria votação. De acordo com o Instituto Patrícia Galvão – comunicação e mídia (2009); nove, entre dez brasileiros, afirmam que votariam em uma mulher; 75% estão de acordo que só existe democracia com a presença da mulher no espaço político.

Ainda na mesma pesquisa do Instituto Patrícia Galvão (2009), 72% das pessoas assumiram que não sabiam da existência da lei de cotas e gênero, e, uma vez informados, 75% disseram-se a favor sobre ela e 50% dos entrevistados defendem que, num período de cinco anos, a porcentagem da lei aumente de 30% para 50% de vagas destinadas às mulheres. Sem contar outros elementos da mesma pesquisa que valorizam a participação da mulher na política. Dessa forma, se o eleitorado vê a mulher na política como um fator positivo, então seriam os partidos responsáveis pela resistência à inserção desta?

A INFLUÊNCIA E IMPORTÂNCIA DA BANCADA FEMININA NO SISTEMA PARLAMENTAR

Mesmo com sua acanhada representação na esfera política, a bancada feminina tem efetuado dezenas de progressos desde o começo de sua atuação, entre eles, a atuação e ampliação das delegacias especializadas no atendimento à mulher em todo o país; as mudanças promovidas pelo novo Código Civil (Lei 10.406/02), que determina, por exemplo, que o poder familiar cabe ao marido e à mulher; a aprovação da Lei Maria da Penha, que pune com mais rigor a violência doméstica; a inclusão do assassinato de mulheres por razões de gênero como tipo de homicídio qualificado classificado como crime hediondo;

Modalidade do trabalho: Trabalho de Pesquisa (de 02 a 05 páginas)

Eixo Temático: Diversidade Cultural/Humana

Em março de 2015, na cidade de São Paulo, a bancada feminina lançou a campanha para que sejam incluídas cotas para mulheres. De acordo com a Procuradora da Mulher, Vanessa Grazziotin, em um anúncio da Procuradoria da Mulher:

Sabemos que esse percentual não chega a equilibrar a representação, como ocorre em outros países, mas já é um avanço e vai também colaborar de forma educativa com a cultura que precisamos construir nas instâncias de partidos e em cargos de representação política de entidades da sociedade civil, como sindicatos, associações e mesmo empresas públicas e privadas, para que o espaço da mulher seja garantido e valorizado. (GRAZZIOTIN, 2015).

Novos projetos constitucionais foram postos em foco na categoria de urgência no dia 08 de março e 2017, os projetos devem entrar em discussão nos próximos meses. Alguns exemplos desses são:

Projeto de Lei nº 622/2015, elaborado pela ex-deputada Moema Gramacho, que proíbe o uso de recursos públicos para a contratação de artistas que, em suas músicas, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento;

Projeto de Lei nº 3012/2015, elaborado pela deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), que permite a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento para a proteção de mulheres bolsistas em função de maternidade;

Projeto de Lei nº 5654/2016, elaborado pelo Senado, que assegura tratamento humanitário à presa em trabalho de parto, sem o uso de algemas;

Cabe, neste momento, ao Poder Legislativo, especialmente a senadoras e deputadas, impulsionar as mulheres ao lugar que lhes cabe por direito, já que lugar de mulher é onde ela quiser estar, e deve participar do gerenciamento da vida pública tanto quanto o homem. A Bancada Feminina tem consciência de seu papel histórico ao propor um novo desenho de representação política brasileira, no qual a capa do Parlamento seja igualitária; meio homem, meio mulher.

CONCLUSÃO

Tendo em vista o fato de que o sistema de cotas de gênero, vigente desde 1995, ainda não alcançou seu objetivo e poucas cadeiras do Congresso são ocupadas por mulheres e, que talvez haja alguma espécie de preconceito para com as mulheres na política além do fato de não haver, ou haver pouco encorajamento à participação feminina, o desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou a compreensão e análise da forma como as diversas estratégias de inserção feminina na política, sendo o mecanismo de cotas de gênero a principal medida, atuam para contribuir para a participação, porém, também foi possível a percepção de que estas estratégias tem pouca eficácia.

Compreendeu-se e tornou-se conhecida a história da mulher na política ao longo dos anos, bem como suas dificuldades para inserir-se na mesma, além da lentidão e das dificuldades enfrentadas para que façanhas políticas fossem finalmente conquistadas.

Inferiu-se a importância das cotas de gênero, assim como a forma como essa medida atua na esfera política e sua parcial eficácia para estimular a participação, conhecendo-se que esta, por si só, não é suficiente para introduzir uma quantidade notável de mulheres na política.

Por intermédio de tal escrita, apreendeu-se alguns dos principais motivos de as mulheres não se engajarem tanto na política quanto os homens, não obstante tais motivos são relativos a cada

Modalidade do trabalho: Trabalho de Pesquisa (de 02 a 05 páginas)

Eixo Temático: Diversidade Cultural/Humana

mulher, sendo difícil citar e compreender todas as suas dimensões, porém, é possível destacar fatores culturais e a divisão de tarefas como o principal motivo que continua mantendo as mulheres afastadas do sistema político.

Destacou-se a relevância da mulher na bancada parlamentar, além da influência que esta exerce sobre propostas e Projetos de Lei que afetam diretamente a população, bem como suas campanhas para maior inclusão da mulher nesta.

Tendo assistido e analisado propagandas diárias sobre a figura feminina na esfera política para a elaboração deste, formulamos a opinião de que, se tais comerciais divulgassem todas as conquistas femininas nos diversos campos políticos e também seus projetos e prioridades, grande parte do público feminino se atrairia pela atividade política.

A democratização do espaço político é o ponto de partida para a democratização do espaço social, para que tanto homens, mulheres quanto jovens tenham liberdade para interferirem politicamente e apresentarem suas propostas. Somente quando o povo decidir se engajar com decisões políticas e tornar-se influente em diferentes esferas, estabelecendo a igualdade, teremos uma república democrática melhor, um sistema político mais efetivo visando o bem um bem comum.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira. 2. ed. São Paulo, 2001. p. 16-17.

BRASIL, Constituição. Projeto de Lei nº. 783, de 10 de agosto de 1995. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19AGO1995.pdf#page=57>>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

CHASTEEN, John Charles. America Latina: uma história de sangue e fogo. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DALLAGNOL, Marituânia. Cotas de gênero e a participação da mulher na política. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=leis+de+cota+de+g%C3%AAnero+explica%C3%A7%C3%A3o&oq=leis+de+cota+de+g%C3%AAnero+explica>. Acesso em: 06 de julho de 2017.

DESCONHECIDO, Mulheres ainda tem baixa representatividade política. Disponível em: www.brasil.gov.br/cidadania. Acesso em: 27 de maio de 2017.

DESCONHECIDO, Plenário aprova urgência para oito propostas da Câmara. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 27 de maio de 2017.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Tradução de Luiz Mario Gazzaneo. 4. ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1980.

Instituto Patrícia Galvão – Comunicação e Mídia. Mulheres na Política. São Paulo. 2009. Disponível em: agenciapatriciagalvao.org.br. Acesso em: 27 de maio de 2017.

HOUAISS, Antonio. Pequeno Dicionário Houaiss da língua portuguesa. 1 ed. São Paulo, 2015.

KANT, Immanuel. Immanuel Kant: textos seletos. 8 ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2012.

PINHEIRO, Luana Simões. Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. p. 69.

Procuradoria da Mulher. ProMul comemora conquistas do primeiro semestre de 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/promul-comemora-conquistas-no-primeiro-semester-de-2015>. Acesso em: 07 de julho de 2017.

Modalidade do trabalho: Trabalho de Pesquisa (de 02 a 05 páginas)

Eixo Temático: Diversidade Cultural/Humana

WILLIAMS, Raymond. Base e Superestrutura na Teoria Cultural Marxista. Tradução de Bianca Ribeiro Manfrini. REVISTA USP, São Paulo, n.65, p. 210-224, março/maio 2005.